

BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A AUTONOMIA INTELLECTUAL

Waldomiro José da Silva Filho

Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia.

Professor Titular de Filosofia da Universidade Federal da Bahia

1. AUTONOMIA INTELLECTUAL, MORAL E POLÍTICA

Meu tema hoje é “autonomia intelectual” e não autonomia no seu sentido *moral e político*. No sentido moral, *autonomia* quase sempre diz respeito à liberdade da pessoa para conduzir suas ações e tomar decisões baseadas exclusivamente nas próprias convicções; o oposto de autonomia aqui é *heteronomia*, quando, ao contrário, uma pessoa age pela força de restrições externas (os atos de um soldado é o caso exemplar) ou quando ela é levada a fazer coisas por impulsos que não consegue controlar (manias, obsessões e vícios são exemplos, um outro exemplo são os zumbis). Ela se caracteriza pela ideia de *autodeterminação*.

No sentido político, *autonomia* diz respeito ao direito de uma nação conduzir seus próprios negócios e interesses e de constituir um corpo de leis e regras próprias, desde que não firam o direito de outras nações ou valores humanos universais. Esse sentido também pode se aplicar a instituições como partidos, sindicatos e universidades e se caracteriza pela ideia de *auto-regulação*.

2. AGENTES, PROCESSOS, REALIZAÇÕES E VALORES EPISTÊMICOS

A *autonomia intelectual* guarda alguma proximidade com essas noções moral e política, mas tem as próprias características. Na verdade, quando pensei nesta fala, eu não tinha em mente usar o adjetivo “intelectual”. Eu pensei usar outra expressão, “epistêmico”. Meu título seria “autonomia epistêmica”, mas essa não é uma expressão de uso comum fora da filosofia e poderia gerar a falsa impressão de que eu falaria sobre algo inusitado e obscuro.

O termo “epistêmico” e, daí, “episteme”, se refere a um aspecto específico da experiência humana, qual seja, a capacidade de *representar* as coisas ao nosso redor e *julgar* se essas representações são satisfatórias ou não. A noção de “epistêmico”, ademais, assim como as noções de “razoável”, “justo”, “belo”, é uma noção *normativa* que expressa não uma descrição de um objeto ou de uma ação, mas um juízo, uma avaliação, uma expectativa – aquilo que *pode ser*, aquilo que *deve ser*. Nesse sentido, podemos falar tanto de *processos epistêmicos* quanto de um conjunto de *objetos epistêmicos* resultantes desses processos e de *valores epistêmicos* que servem para avaliar esses processos e objetos. Também podemos falar de *agentes epistêmicos*.

Vamos por partes e compreendamos o sentido dessas expressões.

a) Somos *agentes epistêmicos* quando estamos empregando nossas habilidades intelectuais, como a percepção, memória e raciocínio no sentido de, ao final de um processo, produzir deliberada e satisfatoriamente ideias, crenças, pensamento etc. sobre as coisas que nos cercam.

Se vasculho as gavetas procurando as chaves, se início testes no meu laboratório, se me debruço sobre artigos que tratam de um tema que me inquieta, se pergunto a um transeunte a direção para chegar a um lugar, sou, nesses casos, um agente epistêmico. Meus esforços aqui não visam objetivos morais, políticos ou estéticos; eles visam alcançar *objetivos* como, por exemplo, encontrar a chave, chegar à “verdade”, alcançar uma “compreensão”, produzir uma “explicação”, ter “conhecimento”, livrar-se de uma dúvida, atingir a “sabedoria” e assim por diante. Podemos chamar esses objetivos de *objetivos epistêmicos*.

b) São *processos epistêmicos* “observar”, “pensar”, “investigar”, “aprender”, “refletir” etc. Esses processos também podem ser descritos como *performances epistêmicas*, uma vez que “observar”, “pensar”, “investigar” são comportamentos realizados por pessoas que têm em vista alcançar certos interesses e objetivos e, para tanto, recorrem à suas próprias habilidades e competências.

c) São *realizações epistêmicas*, “ideias”, “pensamentos”, “crenças”, “explicações”, “teorias” e quaisquer estados que as pessoas adquirem *porque* realizam certas *performances*. Um caso de realização epistêmica é o “conhecimento”.

Para ilustrar isso, vejamos duas situações: se alguém quer ir para Camacã, mas nunca foi ao Sul da Bahia, não conhece as cidades e os mapas da Bahia e, por puro e simples acaso, toma ao acaso a BR 324 e depois da BR 101 e chega ao seu destino, não podemos dizer que seu

sucesso (chegar a Camacã) é uma *realização epistêmica* sua, uma vez que isso não tem qualquer relação com o seu esforço e suas competências ou virtudes intelectuais.

A segunda situação: outra pessoa também quer ir para Camacã, mas nunca foi ao Sul da Bahia, não conhece as cidades e os mapas da Bahia. Ela, porém, começa a pesquisar os mapas do nosso Estado, consulta pessoas e agentes de trânsito, navega por sites que estima confiáveis, observa as sinalizações das principais saídas de Salvador e depois de certo esforço chega à conclusão de que pegar a BR 324 e depois a BR 101 é um bom caminho para chegar ao seu objetivo. Sempre há a possibilidade dessa pessoa não chegar a Camacã, pois ela pode se perder ou sofrer um acidente ou ser abduzida por ETs, mas *se* ela chegar lá, isso será uma *realização* sua e ela merece o crédito por ter chegado ao seu destino.

d) Por fim, *valores epistêmicos*. *Valores epistêmicos* são aqueles critérios que usamos para avaliar nossas performances e realizações cognitivas. As perguntas são: o que é melhor e pior, o que é mais valioso e menos valioso, o que é desejável ou que deve ser evitado na nossa vida cognitiva? Por exemplo, ter uma crença verdadeira é algo muito bom, pois se temos uma crença verdadeira não estamos enganados e isso é ótimo; mas, como vimos nos casos das pessoas que queriam ir para Camacã, podemos ter uma crença verdadeira que é fruto do simples acaso, por isso, talvez conhecer seja bem *melhor* do que ter apenas uma crença verdadeira, pois parece que o conhecimento é *preferível* porque é algo mais seguro, objetivo e confiável, foi resultado de um trabalho mais rigoroso. Do mesmo modo, em certas situações, ter uma visão ampla das coisas, integrando diferentes perspectivas, entendendo ideias mesmo que não concordemos com elas, parecer ser ainda *melhor* do que simplesmente conhecer. Ou seja, a depender do contexto e das expectativas, sempre é possível julgarmos, darmos um valor ao que fazemos cognitivamente. Ademais, performances podem ser avaliadas de acordo com seu grau de dificuldade: cada vez mais difícil e exigente, mas valioso (numa escala, ter conhecimento exige mais de nós do que ter uma simples crença verdadeira; e ter uma visão ampla das coisas, é ainda mais difícil do que ter conhecimento).

Essas performances, objetos e valores epistêmicos se encontram na vida de todas as pessoas no dia a dia quando procuramos as chaves de casa, quando nos pomos na estrada, quando lemos as notícias na internet, mas é algo que está especialmente relacionado ao que nós fazemos como professores, estudantes, pesquisadores e intelectuais uma vez que o nosso negócio diz respeito à formação, apresentação, transmissão, defesa, revisão e crítica de ideias, pensamentos, crenças e teorias.

3. AUTONOMIA EPISTÊMICA E ÉTICA DA CRENÇA

A minha tese é a seguinte: a *autonomia intelectual* ou, como prefiro, *autonomia epistêmica*, diz respeito à capacidade de uma pessoa, como agente epistêmico, de *refletir* acerca de suas performances e realizações cognitivas, de se *responsabilizar* por suas atividades cognitivas e de *participar* de situações nas quais ideias, crenças e teorias são o objeto principal de interesse. O que é central aqui é o que podemos falar sobre um traço de caráter das pessoas que se põe a investigar, pensar e buscar respostas.

Mas para esclarecer essa tese, precisamos organizar melhor o raciocínio.

Quando nos encontramos na condição de agentes epistêmicos, algumas coisas estão ao nosso alcance e outras, é claro, não – em tudo nossos poderes são limitados: que a natureza seja de um jeito, que as técnicas desenvolvidas até aqui sejam tais, que os acontecimentos sejam estes, que os costumes sejam aqueles, nada disso depende de mim. Até mesmo o que julgamos saber, quase sempre, é oriundo do testemunho e dos discursos dos outros, encontramos nos professores, nos relatos, nos livros, nos experimentos certificados, enfim, nas palavras de outra pessoa. A natureza, a cultura, as técnicas não nos outorga liberdade para decidirmos acreditar no que bem entendermos; não podemos escolher livremente no que acreditar. Não podemos dizer que nossa atividade cognitiva é inteiramente auto determinada e auto-regulada.

O que, afinal, está ao nosso alcance? Lembremos daquela segunda pessoa que queria ir para Camacã. Eu não concluí meu exemplo dizendo que ela chegou a Camacã, pois ela poderia se perder ou sofrer um acidente. Eu dizia apenas que, *caso* ela chegue ao seu destino, ela *merece o crédito* por essa realização. Por algumas razões:

- I. realizar o que realizou não terá sido *fácil*, teve algum grau de dificuldade, terá exigido esforço. Cada vez mais dificuldade e esforço, mais valioso é o resultado;
- II. a pessoa terá usado suas habilidades de modo competente e virtuoso para alcançar seu objetivo;
- III. a pessoa esteve consciente de qual era seu objetivo e fora capaz de refletir sobre suas capacidades de alcançá-lo;
- IV. e, por tudo isso, caso chegue a Camacã, saberá que chegou ao seu destino e que seu esforço foi bem sucedido.

E aqui eu farei uma distinção entre, de um lado, os traços de caráter de um *agente epistêmico* e, do outro, os traços de caráter de um *agente epistêmico autônomo*. Esta distinção é puramente *normativa*. Se alguém tem habilidades intelectuais (sejam providas pela natureza, como enxergar e perceber; sejam aprendidas, como raciocinar e calcular), e realiza certas performances adequadas e, por causa disso, alcança seus objetivos epistêmicos, essa pessoa é, como vimos, um agente epistêmico. Porém, podemos esperar um pouco mais das pessoas: se alguém, além de ter essas habilidades e competências, ainda tiver uma outra habilidade, a habilidade de compreender que é membro de uma ampla comunidade de outros agentes epistêmicos e também tiver a habilidades de avaliar toda a sua própria atividade epistêmica, mas do que um agente epistêmico, essa pessoa é um agente epistêmico autônomo.

Vamos por exemplos. Imaginemos uma situação na qual aquela pessoa que queria ir para Camacã encontre alguém que questione o que ela fez e desafie sua conclusão de que a BR 324 e BR 101 seja um caminho que a leve ao seu objetivo; podemos também imagina uma outra pessoa que também queira ir a Camacã, mas é muito desconfiada e não se satisfaria com uma simples indicação, precisaria de razões para acreditar que a BR 324 e Br 101 são a resposta.

Isso nos leva a um quinto ponto que não estava no meu exemplo inicial:

- V. a pessoa *deve ser* capaz de comunicar sua posição como resultado do seu trabalho intelectual, apresentando razões, argumentos e demonstrações e, do mesmo modo, *deve ser* capaz de defender sua posição de eventuais objeções, críticas e contra-argumentos.

Este é o ponto onde eu queria chegar. Esses cinco elementos – a dificuldade, a competência, a consciência, a capacidade reflexiva e a capacidade de sustentar uma posição intelectual – são, segundo minha perspectiva, traços de um agente epistêmico virtuoso.

4. DESACORDO EPISTÊMICO

Esse último elemento tem um papel decisivo na caracterização da autonomia, como eu a imagino, especialmente entre nós que vivemos no meio acadêmico e científico.

Há um cenário que é quase exclusivamente peculiar à nossa profissão. Somos instados a partir do pressuposto de que nosso trabalho visa os mais elevados objetivos epistêmicos –

almeçados não apenas por cada um de nós individualmente, mas pela sociedade – e que a nossa tarefa é um empreendimento cognitivamente coletivo, que envolve a mente e as performances de infinitas outras pessoas. Além disso, aceitamos previamente que as pessoas com as quais convivemos, ao menos em princípio, são tão competentes epistemicamente quanto nós, capazes de observar, pensar e realizar performances epistêmicas como nós. No mais das vezes, alcançamos nossos postos de trabalho *por causa* de nossas competências e realizações. Quando nos pomos a trabalhar, as metas são públicas e temos acesso às mesmas técnicas e instrumentos, recursos metodológicos e fontes de informação. Ou seja, *como condição necessária, vivemos em meio a pares epistêmicos*. Mas o fato é que essas pessoas nem sempre estão de acordo conosco e frequentemente nos encontramos em situações em que alguém exija de nós esclarecimentos, melhores razões e justificativas, provas e argumentos.

Por causa disso, nossa vida em lugares como estes, como aqui na UFBA, é marcada por *desacordos epistêmicos* em praticamente todos os assuntos. E a ausência de tais desacordos nos deve causar certa estranheza, pois isso pode significar que deve existir algum poder acadêmico excessivamente concentrado na mão de alguém poderoso e opressivo.

Reconhecer que há desacordos não é algo trivial, pois em primeiro lugar, é reconhecer que aquele com quem estou em desacordo é esse *par epistêmico* (pelo menos idealmente, é tão apto e competente quanto eu para produzir boas *realizações epistêmicas*). Na vida comum esse tipo de reconhecimento é mais raro: nas situações do dia a dia quase sempre, quando entramos em desacordo, assumimos que nossa divergência é apenas uma questão de ponto de vista e de gosto (eu torço para o Bahia e você, Vitória; para mim, o melhor acarajé é de o Cira, para você, o da Dinha); outras vezes, assumimos que nosso interlocutor é um opositor e deve ser menos capaz e racional do eu (eu digo que há aquecimento global e você, que é uma invenção dos chineses; eu digo que houve golpe e você, que sou petralha). Nesses casos, estamos duvidando da competência, do gosto, da honestidade, da razoabilidade do nosso opositor. Já nos desacordos epistêmicos entre agentes virtuosos, nosso desafiador *deve ser*, para mim, alguém que tem boas razões para acreditarem coisas diferentes de mim.

No desacordo epistêmico, a pessoa deve estar numa posição de *reconhecer* o lugar das razões para si próprio e para o seu par e, por causa disso, deve ter a *disposição* de examinar com apuro as posições e razões do seu par e, conseqüentemente, de rever as suas próprias posição e razões. Ao fazer isso, *deve* avaliar a confiabilidade do seu trabalho intelectual e do trabalho intelectual do seu par, *deve* rever as realizações epistêmicas de ambos, *deve* saber

apresentar melhores argumentos ou renunciar aos próprios argumentos, *deve* ser capaz de refletir sobre o que ambos fazem. Isso tudo envolve um tipo especial de competência epistêmica que eu chamo de *autonomia epistêmica*. No final desse movimento podem acontecer muitas coisas diferentes: ou a pessoa muda de opinião ou ela reafirma sua posição de partida ou ela pode iniciar a investigação novamente. Uma dessas três possíveis atitudes é o que uma pessoa autônoma epistemicamente *pode* fazer. E ninguém mais pode lhe dizer o que fazer. É uma realização sua.

5. UM AGENTE VIRTUOSO

Para mim, a *autonomia epistêmica* não é um tipo de exercício de plena liberdade e total autodeterminação. A *autonomia epistêmica* tem haver com essa capacidade ou competência ou disposição que uma pessoa *pode* ter e que lhe torna apta a ser um interlocutor competente em contextos de desacordo epistêmico.

Não é nem mesmo necessário que ocorra *de fato* um desacordo. A autonomia epistêmica é uma *virtude*.

Voltemos à nossa vida acadêmica. Um jovem pesquisador é alguém que *ainda* não domina as técnicas de pesquisa, *ainda* não teve acesso às informações mais relevantes (ele nem mesmo sabe *ainda* quais são as fontes confiáveis) e o seu trabalho *ainda* deverá passar pela chancela de pesquisadores mais experientes. Mesmo um pesquisador mais experiente precisa seguir protocolos e atender a exigências que ele não tem liberdade para quebrar e ignorar. O que esperar dessas pessoas?

Nós elogiamos os professores, estudantes e pesquisadores que são competentes no uso das informações, técnicas e métodos e que produzem bons resultados do seu trabalho. Mas também nós os elogiamos em virtude de outros valores para além dessa competência técnica. Como sabemos, pelo menos no campo da ciência, não é apenas a verdade que importa – ela importa, mas não apenas ela. Que alguém *tenha a capacidade* de rever criticamente uma teoria ou um procedimento, que alguém procure soluções inovadoras para velhos problemas, que alguém tenha a capacidade de refletir sobre o próprio trabalho, que alguém esteja disposto a se confrontar com críticas ao seu trabalho, que alguém enxergue em outra pessoa um *par epistêmico*, isso não envolve necessariamente a verdade, mas outros objetivos epistêmicos,

como a *curiosidade*, manter-se com a *mente aberta*, ser tolerante e bem informado, empenhar-se em formar um amplo panorama do que já se sabe e assim por diante. Por isso, nós também elogiamos os membros da nossa pequena comunidade porque sabem dialogar, sabem defender suas posições com argumentos, sabem manter a mente aberta, sabem mudar de opinião. E nos sentimos decepcionados quando eles não estão dispostos a fazer isso.

Um dos meus escritores favoritos, Haruki Murakami, além de um excepcional romancista, é maratonista. Nas suas memórias (MURAKAMI, 2008), comparando essas suas duas artes, ele diz que *não precisa* se sacrificar pelos 42 km de um maratona (que exige não apenas uma grande força de vontade, mas horas, semanas, meses de treino extenuante, disciplina, foco, persistência; o próprio ato de correr é sacrificante); mas também ele *não precisa* se sacrificar para tirar aquelas histórias fabulosas da sua cabeça (que exige não apenas talento, mas horas, semanas, meses de trabalho árduo, disciplina, foco, persistência). Mas como ele *não precisa* fazer nada daquilo – correr, escrever – quando as faz, faz por escolha; é uma obrigação que ele impõe a si. Ninguém precisa ser autônomo epistemicamente, tal como descrevi aqui. É uma escolha.

REFERÊNCIA

MURAKAMI, Haruki (2005). **What I Talk About When I Talk About Running**: A Memoir. Trans. by Philip Gabriel. New York: Vintage International, 2008.